VIII SEMANA NACIONAL

DE FÉ & COMPROMISSO SOCIAL

JUBILEU 2025

PEREGRINOS DE ESPERANÇA

A RECONCILIAÇÃO como caminho de *esperança*

De 21 a 27 de Julho de 2025

VIIIª SEMANA NACIONAL DE
FÉ E COMPROMISSO SOCIAL

A RECONCILIAÇÃO como caminho de esperança

FICHA TÉCNICA:

Título:
VIIIª Semana Nacional de Fé e Compromisso Social
– A RECONCILIAÇÃO COMO CAMINHO DE ESPERANÇA

Edicão
Comissão Episcopal de Justia e Paz
Email: secretariado.cejp@jupax.org / secretariadojupax@gmail.com
Website: **www.jupax.org**

Autores
Pe. Elton João Laissone (Coordenador)
Ir. Ester Lucas
Tomás Selemane
Deolindo Bento Paúa
João Manuel Mabuteia Dambiro

IMPRIMATUR
Dom António Juliasse
Bispo da Diocese de Pemba
e Referente da Comissão Episcopal de Justiça e Paz

Tiragem
1000 Exemplares

Arranjos Gráficos
Acabamento: Comissão Episcopal de Justiça e Paz
Impressão: Ndzila Gráfica e Informática (ndzilag@hotmail.com)

ÍNDICE

ENQUADRAMENTO 6

1. A Reconciliação que Moçambique Precisa 8

INTRODUÇÃO 8

FUNDAMENTAÇÃO: as falhas na reconciliação perpetuam as feridas 8

TRÊS EXEMPLOS DE RECONCILIAÇÃO NACIONAL..... 9

PALAVRA DE DEUS 11

TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA..... 11

ORAÇÃO DO JUBILEU DA ESPERANÇA 11

2. Os Pilares para uma Reconciliação duradoura 12

FUNDAMENTAÇÃO..... 12

PILARES DE UMA RECONCILIAÇÃO DURÁVEL 12

PALAVRA DE DEUS 14

TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA..... 15

ORAÇÃO DO JUBILEU DA ESPERANÇA 15

3. Reconciliação: um Caminho de Esperança..... 16
INTRODUÇÃO 16
FUNDAMENTAÇÃO 16
PALAVRA DE DEUS 17
A RECONCILIAÇÃO À LUZ DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA (DSI) 18
TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA 19
ORAÇÃO DO JUBILEU DA ESPERANÇA 19
4. Celebrar a Reconciliação no Ano Jubilar..... 20
INTRODUÇÃO 20
BREVE FUNDAMENTAÇÃO 20
A PALAVRA DE DEUS 21
REFLEXÃO A PARTIR DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA (DSI) 22
TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA 22
ORAÇÃO DO JUBILEU DA ESPERANÇA 23
5. Um Programa Pastoral de Educação para a Reconciliação..... 24
INTRODUÇÃO 24
FUNDAMENTAÇÃO: Os jovens e a educação para a reconciliação 24
PROPOSTAS DE ACÇÃO PASTORAL 25
TRABALHOS DE REFLEXÃO E PARTILHA 26
ORAÇÃO DO JUBILEU DA ESPERANÇA 27
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 28

ENQUADRANDO A VIIIª SEMANA NACIONAL DE FÉ E COMPROMISSO SOCIAL (VIIIª SNFCS)

Celebrámos os 50 anos da Independência Nacional. O nosso país, ressente-se ainda das querelas pós-eleitorais e de outros conflitos que deixaram feridas ainda por sarar. O País precisa de enfrentar um projecto de reconciliação nacional. A celebração do Jubileu do Ano Santo de 2025 com o lema "Peregrinos da Esperança" é uma fonte de força para embarcarmos neste projecto! Por isso, o tema concebido para esta oitava Semana Nacional de Fé e Compromisso Social (VIIIª SNFCS) é **"A reconciliação como caminho da esperança".**

Como todas outras semanas oferecidas nos anos passados também esta VIIIª SNFCS é destinada a todos moçambicanos, cristãos e não cristãos, católicos e não católicos e toda a pessoa de boa vontade. O objectivo é de reflectirmos todos a respeito da reconciliação nacional e fazermos opções mais concretas para materializa-la, para que os próximos 50 anos que ora iniciamos sejam trilhados desde o início com as feridas, antigas e recentes, devidamente sanadas. As reflexões aqui apresentadas têm como fonte principal a Nota Pastoral dos Bispos Católicos de Moçambique sobre a reconciliação e a esperança: caminho para a paz e a unidade, publicada no dia 9 de Maio de 2025.

Apresentamos para esta oitava semana cinco subtemas, a saber: (i) A reconciliação que Moçambique precisa; (ii) Os pilares de uma reconciliação duradoura; (iii) A reconciliação: um caminho de esperança; (iv) Celebrar a reconciliação no Ano Jubilar; e (v) Um programa pastoral de educação para a reconciliação. Cada subtema segue uma estrutura simples: introdução inicial, fundamentação, iluminação com Palavra de Deus e com Doutrina Social da Igreja (DSI) e, no fim, estão as perguntas para reflexão e debate. Toda a sessão fecha com a oração do Ano Santo do Jubileu de 2025.

É nossa esperança que tanto o estudo individual do texto desta VIIIª SNFCS, como os debates que serão promovidos nos diversos domínios - escolas, universidades, comunidades cristãs, grupos paroquiais, associações, etc. – nos impactem para sermos os protagonistas do processo de reconciliação nacional que o país precisa.

01

A Reconciliação que Moçambique precisa

INTRODUÇÃO

Como foi referido na introdução geral, o povo do nosso país está com muitas feridas, velhas e novas. Das velhas estão as feridas causadas pelas guerras e várias formas de violação dos Direitos Humanos (DHs) ao longo dos anos da nossa Independência Nacional. Das novas feridas destacam-se aquelas causadas pelo ambiente violento das manifestações pós-eleitorais de Outubro de 2024. Diante desta situação, de antigas e novas feridas, podemos questionar, afinal que tipo de acções Moçambique tem buscado implementar para alcançar o perdão e a reconciliação para que aconteça a necessária unidade nacional, paz e estabilidade?

FUNDAMENTAÇÃO: as falhas na reconciliação perpetuam as feridas

Depois da proclamação da Independência Nacional em 1975, o país tem vivido tempos de conflitos políticos, guerras e violação de DHs. O momento político conturbado que seguiu a independência deixou sequelas profundas e nefastas afetando os valores culturais, políticos, económicos, éticos e sociais dos moçambicanos. A guerra Civil dos 16 anos foi muito violenta, ceifou vidas humanas e deixou muitos mutilados. Os dados referem que resultou em cerca de um milhão de mortos, entre combatentes e civis, e cerca de cinco milhões de civis foram deslocados. Os efeitos lutuosos desta guerra estão patentes até hoje na sociedade moçambicana. Por isso, os Bispos Católicos de Moçambique, na sua Nota Pastoral sobre a Reconciliação e a Esperança: Caminho para a Paz e Unidade de Maio de 2025, afirmam que “muitas famílias ainda sentem a dor da perda de entes queridos, das divisões e das injustiças que marcaram os conflitos” (CEM, 2025, p. 2)

Depois de algum tempo de relativa paz, em 2012, ressurge o conflito armado nas regiões Centro e Norte do País, provocando mais vítimas: mortes, deslocados, refugiados, e mais pobreza. Isto é sinal de que “as causas e as consequências dos anos de guerra não desapareceram definitivamente" (CEM, ibid.). Em 2014, temos o Acordo do cessar-fogo entre o Governo e a Renamo. Mas depois das eleições, os conflitos continuaram. Desde

2017, o norte do país tem estado a sofrer ataques provocando mortes e deslocados internos. Até hoje o terrorismo no norte do país parece não inspirar algum fim. Em 2019, alcançou-se o chamado Acordo de Paz Definitiva. Porém, os conflitos não terminaram, antes, pelo contrário, caracterizaram o ambiente pós-eleitoral das eleições de 2019 e, de forma mais pungente, nas de 2024. Este cenário demonstra o ódio que, ao longo do tempo, se tem implantado entre os moçambicanos e "a necessidade de reconhecer e curar estas chagas ainda abertas, um processo de reconciliação urgente e inadiável" (CEM, ibid.).

Os governos e os partidos políticos têm tomado algumas iniciativas para restabelecer um clima de paz e de reconciliação no país. As iniciativas que vários governantes anteriores e os partidos políticos usaram foram: (i) encontros e diálogo para a estabilização do país; (ii) encontros entre o presidente em exercício e o segundo candidato presidencial mais votado nas últimas eleições; (iii) desmobilização sem ou com fixação de pensões de antigos combatentes e, mais recentemente, a introdução do processo de Desmilitarização e Desmobilização dos antigos guerrilheiros da RENAMO (DDR). As iniciativas que se mostram claramente encetadas pelo actual governo e actuais partidos políticos são: (1) Diálogo com os partidos políticos representados nas assembleias provinciais e no parlamento (e com o candidato mais votado); e (2) constituição da Comissão Técnica para o Diálogo Nacional Inclusivo em Moçambique.

Estas iniciativas nunca incluíram a verdadeira reconciliação do povo moçambicano e nunca tiveram o sentido de abrangência nacional de modo que cada moçambicano se sinta reconciliado, em Paz e unidade com os outros. Por isso dizemos que há falhas nesse processo.

TRÊS EXEMPLOS DE RECONCILIAÇÃO NACIONAL

Há países que passaram por conflitos fortes e sérias violações dos DHs, mas que depois conseguiram construir dentro de si uma sociedade reconciliada, pacífica e renovada. Citemos aqui três exemplos: a África do Sul, o Gana e a Libéria.

A África do Sul: esta passou de um regime de opressão segregacionista para uma democracia multirracial. Duas figuras destacam-se nesse processo: o Presidente Nelson Mandela e o arcebispo anglicano Desmond Tutu. O processo não levou ao esquecimento do passado, mas apostou na busca da verdade e na responsabilização; não procurou punir os agressores, mas buscou a restauração social da sociedade por meio da justiça restaurativa (e não retributiva).

Foi criada a Comissão de Verdade e Reconciliação chefiada por Desmond Tutu com a finalidade de estabelecer a unidade nacional e a reconciliação. E este serve-se da ideia do Ubuntu como busca por harmonia social, insistindo na ideia de compartilhamento, de pertencimento a uma comunidade. Três critérios foram estabelecidos para a reconciliação: (i) a verdade; (ii) o perdão e a amnistia; e (iii) o reconhecimento e a

restauração. Podemos concluir que o exemplo da África do Sul é o de que as sociedades devem se prevenir da recorrência das atrocidades passadas afastando-se do efeito corrosivo da mágoa e da vingança.

O Gana: Após o período colonial, este país sofreu sucessivos golpes de Estado e regimes autocráticos, responsáveis pela violência estatal, violações de DHs e pela erosão da confiança no governo e nas instituições como a polícia, o legislativo e as forças armadas. A fim de reparar a experiência dos povos e o legado de abusos, o parlamento ganês, em 2002, nomeou a Comissão Nacional de Reconciliação (CNR) para promover a reconciliação nacional, estabelecendo um registro histórico de violações de DHs e abusos cometidos por instituições públicas e funcionários públicos entre 1957 a 1993.

A comissão reuniu-se de Janeiro de 2003 a Outubro de 2004 e publicou o seu relatório final em Abril de 2005. Este relatório delineou um programa abrangente de reparação que incluía pedidos de desculpas, memórias, compensação monetária, devolução de propriedades roubadas e estabelecimento de instalações médicas de trauma. É verdade que os cidadãos ganeses continuam num padrão de violência e abusos cometidos pela polícia e pelas forças armadas, mas há que louvar o passo dado, pois foram criadas condições para o aumento do debate entre a sociedade civil para organizar financiamento e treinamento e para mobilizar grupos de interesse e complementar o trabalho da CRN.

A Libéria: A Libéria enfrentou duas guerras civis brutais: a primeira (1989–1997) foi iniciada por Charles Taylor e o seu grupo contra o regime de Samuel Doe; a segunda (1999–2003) envolveu o LURD (Liberians United for Reconciliation and Democracy) e o MODEL (Movement for Democracy in Liberia), que lutaram contra o governo de Taylor. Tais guerras terminaram mediante os seguintes acordos de paz: (i) Acordo de Cotonou (1993), (ii) Acordo de Abuja (1995), e (iii) Acordo de Accra (2003). Este último resultou no exílio forçado de Charles Taylor na Nigéria, e na criação do Governo Nacional de Transição da Libéria (NTGL).

Foi estabelecida a Comissão da Verdade e Reconciliação (CVR) em 2005, e começou os trabalhos em 2006 com o mandato de investigar violações dos DHs de 1979 a 2003. Em 2009, a CVR recomendou a exclusão política temporária de certos líderes, o julgamento de indivíduos por crimes de guerra e o perdão a todos os que mostraram arrependimento. De 2003 a 2025, o país teve quatro presidentes: (i) Gyude Bryant (2003–2006), liderou a transição e preparou o país para eleições democráticas; (ii) Ellen Johnson Sirleaf (2006–2018), ganhou eleições consideradas justas e transparentes por todos, e marcaram o início da estabilidade política; (iii) George Weah (2018–2024); e (iv) Joseph Boakai (2024 até hoje). O país não mais voltou à guerra, tem tido eleições livres, justas e transparentes, alternância de poder sem perseguições nem contestação dos resultados eleitorais.

PALAVRA DE DEUS

Como cristãos, situamos a história do nosso sofrimento na história da paixão, morte e ressurreição de Jesus, seguindo a recomendação de São Paulo (cf. Fil. 3,10-11), que olha para os seus sofrimentos como uma participação nos sofrimentos de Cristo. A história de Jesus, morto e ressuscitado, constitui o quadro que dá sentido e razões de esperança a todos os que procuram libertar-se do seu sofrimento.

TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA

1. As várias tentativas de reconciliação do nosso país têm falhado. Porquê? Onde estão os erros? Como corrigi-los?
2. Como analisam as iniciativas que o nosso país está a seguir neste momento para a reconciliação nacional?
3. Julgais que os modelos de África do Sul, de Gana e de Libéria podem servir para o nosso país? Ou teríamos que desenhar nosso modelo?

ORAÇÃO DO JUBILEU DA ESPERANÇA

Pai que estais nos Céus,
a *fé* que nos destes no Vosso Filho Jesus Cristo,
nosso irmão, e a chama de *caridade* derramada nos nossos corações
pelo Espírito Santo despertem em nós a bem-aventurada *esperança*
para a vinda do Vosso Reino.
Vos suplicamos que a graça do Jubileu do Ano Santo
e dos 50 anos da independência do nosso País reavive em nós,
Peregrinos de Esperança, sentimentos de fraternidade,
espírito de reconciliação, o desejo dos bens celestes
e derrame sobre o nosso país e o mundo inteiro
a alegria e a paz do nosso Redentor.
A Vós, Deus bendito na eternidade,
Louvor e glória pelos séculos dos séculos. **Amém!**

02
Os Pilares para uma Reconciliação duradoura

FUNDAMENTAÇÃO

Neste segundo subtema nossa reflexão somos convidados a olhar para o que nos pode ajudar a realizar uma reconciliação verdadeira e duradoura. A vida em sociedade precisa de processos de reconciliação para manter o espírito fraterno de paz e concórdia que permite desenvolvimento das pessoas e das instituições. A presença de tensões e de conflitos e de desentendimentos em uma sociedade ou em grupos sociais é sempre uma possibilidade que precisa de antídotos que são os processos de perdão e reconciliação assentes em princípios e convicções que permitem a vida em comum. Esses princípios e pilares podem ser encontrados na rica sabedoria ancestral dos povos, mas também na Sagrada Escritura e na Doutrina Social da Igreja. Temos neste tema a soberana ocasião de visitar esses pilares e convicções, aceitando entrar no processo de construção de processos de reconciliação que nos fazem crescer em humanidade e em fraternidade de forma duradoura e estável.

PILARES DE UMA RECONCILIAÇÃO DURÁVEL

A reconciliação, no sentido amplo, pode ser vista como um processo que inclui a aceitação das diferenças, o reconhecimento de que o outro, embora diferente de nós, tem o mesmo direito à vida, às oportunidades de trabalho e de negócios. Aqui somos convidados a recusar as prescrições de que somente pessoas de um partido são verdadeiros moçambicanos, e os outros, sem partido político ou militando nos outros partidos políticos são menos moçambicanos. Isso não! Tal processo envolve vários pilares essenciais para a construção de sociedades saudáveis e para a superação de conflitos.

Na sabedoria africana podemos alicerçar princípios que nos ajudam a desenhar uma reconciliação duradoura, pois, tal sabedoria “tem, na reconciliação, um dos seus ensinamentos fundamentais, pois valoriza a harmonia, a convivência e o perdão como caminhos para restaurar a dignidade humana” (CEM, 2025, p. 2). Diz um provérbio da nossa sabedoria africana, citado pelos nossos Bispos, que “a água que corre não se esquece da fonte”. Isto lembra-nos que a reconciliação exige memória e compromisso

com a restauração das relações. Esse compromisso, insistem os Bispos (2025, p. 3), deverá se espelhar em "acções concretas que curem as feridas e reconstruam os laços sociais. Pois, continuam os Bispos, "(...) a transformação social passa pela consciência de que cada gesto de reconciliação é um passo na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e renovada".

Os pilares da reconciliação, lidos no contexto africano, incluem a visão partilhada de um futuro comum, o reconhecimento e a gestão do passado, a mudança cultural e mental, e a realização de mudanças sociais, económicas e políticas significativas. Em detalhes, temos:

a) **Visão Partilhada (sonhar juntos o mesmo sonho):** A reconciliação requer que as partes envolvidas desenvolvam uma visão comum de um futuro justo e interdependente. Torna-se indispensável que a sociedade tenha um sonho, onde os interesses e necessidades de todos são reconhecidas e integradas no bem comum. Para isso, é necessário trabalhar juntos, frente a frente. Faz falta a escuta mútua, aquela escuta verdadeira que "*só ocorre quando há transparência e disposição para aceitar a realidade como ela é. Não basta ouvir; é preciso compreender, valorizar as experiências e respeitar as narrativas que, por muito tempo, foram silenciadas*". (CEM, 2025, p. 3)

b) **Reconhecer e gerir os erros do passado:** A reconciliação não pode ignorar o passado, sobretudo quando envolve conflitos e traumas nascidos da prática de injustiça. É importante reconhecer o erro, ousar o pedido de perdão, reconhecer e entrar em empatia com os lesados para permitir o processo de cura e estabelecer mecanismos de reparação. Dizem os nossos Bispos: "*a reconciliação exige coragem para reconhecer erros, injustiças e feridas históricas, permitindo que a luz da verdade ilumine os caminhos do entendimento mútuo. Somente quando a verdade é assumida com sinceridade é possível dar início a um processo de cura genuíno e duradouro*". (2025, p. 4)

c) **Buscar a verdade e construir relações de confiança:** Depois da aceitação mútua, a reconciliação implica a busca da verdade e a construção de relações de confiança, respeito e cooperação entre as partes envolvidas. Dizem os Bispos que "*somente através da verdade pode-se estabelecer a confiança necessária para a reconciliação*" (2025, p. 3). Isso implica envolver o estabelecimento de diálogos, a busca por pontos em comum, a promoção da empatia e a identificação de estratégias de resolução de conflitos.

d) **Mudança cultural e de mentalidade:** A reconciliação requer mudanças significativas nas atitudes, comportamentos e na mentalidade. É necessário valorizar o outro, aceitar as diferenças como riqueza, vencer o preconceito,

destruir os estereótipos e promover uma cultura de diálogo e compreensão. Esta mudança deve ser concretizada pela revisão de leis, pela implementação das mesmas num ambiente inclusivo, pela igualdade de todos perante tais leis, pela promoção da justiça social, pela garantia dos DHs e pela criação de mecanismos pacíficos para a resolução de conflitos.

PALAVRA DE DEUS

Diz Paulo na sua carta aos Romanos:

"*Nós, que somos muitos, formamos em Cristo um só corpo e somos membros uns dos outros. Mas possuímos dons diferentes, conforme a graça que nos foi dada. (...) Seja a vossa caridade sem fingimento. Detestai o mal e aderi ao bem. Amai-vos uns aos outros com amor fraterno; rivalizai uns com os outros na estima recíproca. (...)*
Acudi com a vossa parte às necessidades dos cristãos; praticai generosamente a hospitalidade. Bendizei aqueles que vos perseguem; abençoai e não amaldiçoeis. Alegrai-vos com os que estão alegres, chorai com os que choram. Vivei em harmonia uns com os outros. Não aspireis às grandezas, mas conformai-vos com o que é humilde".

(Rm 12, 5-16)

A Palavra de Deus traça para nós um programa de vida, para a construção de uma sociedade reconciliada. É urgente que nós os cristãos tomemos a sério a nossa vocação na Igreja e na sociedade de sermos "sal e luz" (Mt 5, 13-14) pelo testemunho de nossa vida e pelo empenho na construção de relações sociais cimentadas em valores que promovem a paz e a reconciliação. De forma mais concreta, estamos a dizer que eu posso deixar de odiar meu irmão, posso rezar por ele e, se necessário, posso estar disposto a ajudá-lo, a fazer-lhe algum favor, mas não consigo falar com ele, a não ser com aquela saudação estritamente necessária. Este é sinal de que perdoei, mas não me reconciliei com ele. Por isso, ainda não estou em paz com ele. Curei a ferida que estava dentro de mim, mas não curei a ferida que está e continua entre nós. Por isso, ainda não estou em condições de ser sal da terra e luz do mundo. Ainda há passos a dar!

Se a outra pessoa não quer, não se sente preparada nem disposta, quer seja vítima ou violador dos DHs, então a reconciliação não é possível, mesmo que o perdão seja sincero e completo. Se houver vontade de ambos e sob certas condições, então será possível

atravessarmos juntos a ponte da reconciliação. Trata-se de uma questão de procurarmos um modo de vida que nos permita crescer juntos, respeitando-nos e promovendo-nos mutuamente, ao ponto de dizermos as coisas livre e fraternalmente sem hesitação nem medo, desejando sempre o bem do irmão.

TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA

1. Dos pilares apresentados para a construção de uma sociedade reconcialiada de forma duradoura, quais te parecem os essenciais?
2. Como podes na tua comunidade e/ou paróquia ser instrumento de reconciliação?
3. Como podemos nós os cristãos ser sal da terra e luz do mundo na nossa sociedade de forma a construir processos de reconciliação?

ORAÇÃO DO JUBILEU DA ESPERANÇA

Pai que estais nos Céus,
a *fé* que nos destes no Vosso Filho Jesus Cristo,
nosso irmão, e a chama de *caridade* derramada nos nossos corações
pelo Espírito Santo despertem em nós a bem-aventurada *esperança*
para a vinda do Vosso Reino.
Vos suplicamos que a graça do Jubileu do Ano Santo
e dos 50 anos da independência do nosso País reavive em nós,
Peregrinos de Esperança, sentimentos de fraternidade,
espírito de reconciliação, o desejo dos bens celestes
e derrame sobre o nosso país e o mundo inteiro
a alegria e a paz do nosso Redentor.
A Vós, Deus bendito na eternidade,
Louvor e glória pelos séculos dos séculos. **Amém!**

03
Reconciliação: um Caminho de Esperança

INTRODUÇÃO

Este subtema é central, pois toca o tema da Semana. Por isso, a sua informação é tanto doutrinal quanto pastoral. Na fundamentação, apresentam-se três processos que nos levam à reconciliação; a Palavra de Deus mostra-nos a espiritualidade da reconciliação; e a DSI mostra-nos que a necessidade da reconciliação radica na dignidade da pessoa humana. Ao dizermos que ela é um caminho de esperança, queremos dizer que com ela nós podemos ir mais longe.

FUNDAMENTAÇÃO

Para falarmos da reconciliação como um caminho de esperança, precisamos de considerar estes três processos, a saber: (i) a verdade, (ii) o perdão e amnistia, e (iii) o reconhecimento e restauração. Pinto (2007) ajuda-nos a reflectir em torno desses processos.

No que diz respeito à **verdade** no nosso país, devemos estabelecer um cenário completo das causas, da natureza e da extensão das violações dos DHs, compreender os antecedentes, as circunstâncias, os factores e os contextos em que tais violações ocorreram, e construir a memória, pois esta constitui a identidade das nossas comunidades. Não podemos negar o que aconteceu nem distorcer os factos, nem silenciar narrativas e experiências em favor de interesses particulares ou partidários. Daí a importância de distinguir quatro tipos de verdade: (i) verdade factual (o que aconteceu de facto?), (ii) verdade pessoal (qual a experiência pessoal dos envolvidos?), (iii) verdade social (como tais factos são concebidos, narrados e debatidos entre todos?) e (iv) verdade restaurativa ou curativa (até que ponto aceitamos os factos como erros do passado e como nos comprometemos para construir uma boa e nova memória colectiva?). Mas a aquisição dessa verdade pressupõe o dom da escuta, pois, “a escuta verdadeira só ocorre quando há transparência e disposição para aceitar a realidade como ela é” (CEM, 2025, p. 3)

No que diz respeito ao **perdão e à amnistia**, precisamos de cultivar mais o reconhecimento da verdade do que a punição daqueles que violaram os DHs. Precisamos de saber bem o que aconteceu, pois isso pode ajudar a ter reparação e compensação adequadas para as vítimas. Aqui, o perdão é fundamental para a reconciliação, já que tal perdão é uma experiência "escandalosa", pois pede conversão não àquele que violou os DHs, mas àquele que sofreu tal violação. A amnistia há-de ser dada ao violador se este reconhece o que fez, narra sem omitir o que aconteceu, mostra que tudo o que fez está ligado a motivações políticas e aceita estar numa condição que lhe impede de voltar a fazer actos de violência. Isto não elimina a possibilidade de alguns casos passarem por julgamentos criminais. Assim, quando as vítimas são reparadas e compensadas e os perpetradores são amnistiados, encontra espaço a justiça restaurativa, condição necessária para a reconciliação. Aqui, cada um dos envolvidos (vítima ou perpetrador) renuncia o seu direito de retribuição em favor da estabilidade e da paz.

No que diz respeito ao **reconhecimento e à restauração**, parte-se de um pressuposto duplo: (i) de que as vítimas e suas famílias precisam de atenção e respeito; e (ii) do reconhecimento do valor intrínseco e da dignidade da pessoa do transgressor. Por isso, a resolução dos problemas tem que ser colaborativa, ajudando a comunidade a criar uma história compartilhada como base para a cooperação política futura. A lógica restaurativa é integradora e permite que, por um lado, as vítimas exprimam seus sentimentos e busquem reparação; e, por outro lado, os transgressores reparem os danos e não sejam mais vistos como tais. Aqui, o discurso religioso e de quem tem autoridade moral faz muita diferença em termos de resultados. Daí o papel da Igreja e da Palavra de Deus.

PALAVRA DE DEUS

A Palavra de Deus, no que diz respeito à espiritualidade da reconciliação, ajuda-nos a entender que a reconciliação tem dois movimentos: um vertical e outro horizontal:

No que diz respeito ao movimento vertical, lemos em Rm 5, 10-11: "*Pois se quando éramos inimigos fomos reconciliados com Deus pela morte do seu Filho, muito mais agora, uma vez reconciliados, seremos salvos por sua vida. E não é só. Mas nós nos gloriamos em Deus por nosso Senhor Jesus Cristo, por quem desde agora recebemos a reconciliação*". E esta passagem pode ser lida em paralelo com 2Cor 5, 17-21. A reconciliação vertical realiza-se entre a humanidade e Deus.

Nós fomos reconciliados com Deus em Cristo e por Cristo, sabendo que Ele morreu por nós quando ainda éramos pecadores. Pelo seu sacrifício, voltamos para Deus, nos reconciliamos com Ele. Por isso, a reconciliação com Deus nos predispõe para a reconciliação entre nós. Esta é a reconciliação horizontal.
No que diz respeito ao movimento horizontal, lemos em Ef 2, 14-18:

"*Ele é a nossa paz: de ambos os povos fez um só, tendo derrubado o muro da separação e suprimido em sua carne a inimizade – (...) –, a fim de criar em si mesmo um só Homem Novo, estabelecendo a paz, e de reconciliar a ambos com Deus em um só Corpo, por meio da cruz, na qual ele matou a inimizade. Assim, ele veio e anunciou a paz a vós que estáveis longe e paz aos que estavam perto, pois, por meio dele, nós, judeus, e gentios, num só espírito, temos acesso junto ao Pai*".

Se não estivermos reconciliados em Deus e com Deus será muito difícil poder ultrapassar ofensas, assumir o dano causado pelo agressor, a nível pessoal, comunitário e social. Só esta experiência poderá nos ajudar a viver a reconciliação entre nós como filhos do mesmo Pai.

A RECONCILIAÇÃO À LUZ DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA (DSI)

De acordo com a DSI, a reconciliação pressupõe a correcta concepção da pessoa humana. E tal leva-nos ao primeiro princípio da DSI: a pessoa humana e a sua dignidade (CIC, nn. 1700-1876). Assumimos a responsabilidade de construi-la e fazê-la presente na comunidade humana, por meio da busca da paz e reconciliação, mas uma reconciliação que começa nos corações. Em relação a isto, o Papa Bento XVI diz: "a reconciliação é um conceito pré-político e uma realidade pré-política, que, por isso mesmo, se revela da máxima importância para a própria tarefa política. Se não se criar nos corações a força da reconciliação, falta o pressuposto interior para o compromisso político pela paz". (AM, n. 19).

É esta reconciliação que, começando nos corações e deixando-se iluminar pela Palavra de Deus, perdoa, procura a justiça e a verdade, constrói uma memória colectiva, repara os danos, integra a todos (vítimas e transgressores) e se torna um caminho de esperança.

TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA

1. Depois de ler o texto e discutir entre vós sobre a verdade, a justiça, a reparação, o perdão e a reconciliação, respondei: esses processos são possíveis na vossa comunidade? E no nosso país?
2. O que as nossas comunidades cristãs podem fazer para estarem verdadeiramente reconciliadas com Deus e entre irmãos?
3. Olhando para este Ano Jubilar, como é que a reconciliação pode ser um caminho de esperança para o nosso país? Pense em compromissos concretos para iniciar este processo da reconciliação na sua comunidade.

ORAÇÃO DO JUBILEU DA ESPERANÇA

Pai que estais nos Céus,
a *fé* que nos destes no Vosso Filho Jesus Cristo,
nosso irmão, e a chama de *caridade* derramada nos nossos corações
pelo Espírito Santo despertem em nós a bem-aventurada *esperança*
para a vinda do Vosso Reino.
Vos suplicamos que a graça do Jubileu do Ano Santo
e dos 50 anos da independência do nosso País reavive em nós,
Peregrinos de Esperança, sentimentos de fraternidade,
espírito de reconciliação, o desejo dos bens celestes
e derrame sobre o nosso país e o mundo inteiro
a alegria e a paz do nosso Redentor.
A Vós, Deus bendito na eternidade,
Louvor e glória pelos séculos dos séculos. **Amém!**

04
Celebrar a Reconciliação no Ano Jubilar

INTRODUÇÃO

Como já vimos no primeiro tema assim como na Nota Pastoral dos Bispos sobre a reconciliação e a esperança, a nossa história como povo, apesar de heróica, é manchada por sucessivas demonstrações de ódio entre moçambicanos que sempre resvalaram em conflitos. Ao celebrarmos os 50 anos de Independência, coincidentes com o Jubileu do Ano Santo, é importante que, como cristãos, também reflictamos com honestidade e verdade sobre nossos fracassos históricos, para podermos celebrar o ano jubilar com esperança para o projecto de um futuro digno para todos.

BREVE FUNDAMENTAÇÃO

Neste dia da VIIIª SNFC, somos convidados a reflectir como povo e como cristãos, sobre os sucessos e sobretudo os fracassos que caracterizam a nossa história, que nos conduzirá a pensar num futuro de Paz. De facto, desde que nos definimos como povo moçambicano, algumas coisas desafiam a nossa convivência e nos arrastam para um ódio mútuo generalizado: a falta de justiça que insiste em excluir uns do cenário político e económico; o tribalismo e o regionalismo que insistem em dividir os moçambicanos em categorias de proveniência (a popularização do termo "viente" deve ser combatida); o fanatismo político que leva as pessoas a acharem que seus partidos são os detentores da verdade absoluta em relação aos outros. Todos estes aspectos criaram feridas ainda por curar no seio do povo. É por isso que sobre essas feridas causadas pela nossa História, os nossos Bispos constatam que "há hoje a necessidade de reconhecer e curar estas chagas ainda abertas, um processo de reconciliação urgente inadiável" (CEM, 2025, p. 2).

A celebração do Jubileu de 50 anos da nossa Independência deve induzir-nos a repensar onde estamos e ajudar-nos a evitar erros do passado que assentaram nossas relações no ódio. O nosso primeiro desafio deve ser o de reconciliarmo-nos com o passado, para começarmos a olhar para todos os acontecimentos que nos antecederam como

desafios a superar; depois reconciliarmo-nos com a verdade: a verdade de que somos todos diferentes e que tais diferenças nunca serão abolidas pelo ódio. Nesse contexto, propondo uma superação das diferenças por meio de um genuíno e honesto diálogo para a reconciliação baseado na verdade e não na farsa, os Bispos de Moçambique entendem que "a verdade é o alicerce sobre o qual se constrói qualquer diálogo autêntico e transformador. Sem verdade, a escuta perde sua profundidade, tornando-se incapaz de gerar mudanças reais" (CEM, 2025, p. 3).

Um país cujos cidadãos não são unidos, jamais prospera. Por isso celebremos o Jubileu com o compromisso de construirmos a nossa união por meio de "um novo percurso pautado pela fraternidade, pela verdade, pela justiça, pelo bem comum, e pelos valores democráticos" (CEM, 2025, p. 2). Todos diferentes, mas juntos, podemos construir um país de dignidade, desde que nos conciliemos e reconciliemos.

A PALAVRA DE DEUS

A nossa determinação pode conduzir-nos a um novo rumo, desde que invistamos em algo que ainda é um desafio: união de todos em torno do nosso projecto nacional. A palavra de Deus demonstrou desde sempre que os desentendimentos entre povo e entre indivíduos resolvem-se com diálogo e com compreensão mútua, que ajudem a encontrar a verdadeira reconciliação. Por isso ela apela: "*Se o seu irmão pecar contra você, vá e, a sós com ele, mostre-lhe o erro. Se ele o ouvir, você ganhou seu irmão*" (Mt 18, 15). Essa procura de diálogo deve ser demonstração de que compreendemos e suportamos as diferenças dos outros com os quais pretendemos conviver na solidariedade cumprindo a ordem bíblica que nos adverte: "*Suportai-vos uns aos outros, perdoai-vos mutuamente, caso alguém tenha motivo de queixa contra outrem. Assim como o Senhor vos perdoou, assim também perdoai vós*" (Cl 3, 13-16).

O perdão é o caminho da reconciliação e expressão de amor. Por isso não se constrói um país eliminando quem pensa diferente, nem cultivando ódio contra quem não simpatiza com nossas ideias, nossas crenças e convicções, mas por meio da reconciliação que reconhece e suporta as diferenças entre os homens. A reconciliação não elimina as diferenças entre as pessoas, mas ajuda a reconhecê-las e a criar um comportamento de respeito mútuo.

REFLEXÃO A PARTIR DA DOUTRINA SOCIAL DA IGREJA (DSI)

O estágio de permanente conflito em que nos encontramos como povo, indica que a nossa possibilidade de convivência pacífica e de progresso é a reconciliação. Ao celebrarmos o jubileu dos 50 anos de independência devemos ter esse compromisso para o futuro. O processo de reconciliação deve ser orientado pela busca de solidariedade e pelo cumprimento do mandamento do amor.

A DSI (n. 580) já estabelece de modo mais adequado o princípio da solidariedade para uma vida reconciliada, quando diz: "A solidariedade constitui «um dos princípios basilares da concepção cristã da organização social e política». Tal princípio é iluminado pelo primado da caridade «sinal distintivo dos discípulos de Cristo (cf. Jo 13, 35)». Jesus «nos ensina que a lei fundamental da perfeição humana e, portanto, da transformação do mundo, é o mandamento novo do amor".

Em relação a quem governa, a DSI (n. 581) estabelece que "o amor deve estar presente e penetrar todas as relações sociais: especialmente aqueles que têm o dever de prover ao bem dos povos alimentem em si e acendam nos outros, nos grandes e nos pequenos, a caridade, senhora e rainha de todas as virtudes".

Como se reconhecesse as causas dos conflitos em que Moçambique esteve e ainda está envolvido nos últimos 50 anos, a DSI refere o egoísmo como a causa dos conflitos. O egoísmo é o mais deletério inimigo de uma sociedade ordenada: a história mostra qual devastação dos corações se produz quando o homem não é capaz de reconhecer outro valor e outra realidade efectiva além dos bens materiais, cuja busca obsessiva sufoca e impede a sua capacidade de doar-se. Só a civilização do amor será capaz de nos reconciliar como povo e caminharmos para a prosperidade que por longos anos adiamos em favor de conflitos que agravaram a pobreza e comprometeram a nossa dignidade como homens, criaturas de Deus. Para podermos sobreviver como povo, a nossa única opção é reconstruirmos a nossa unidade nacional, com amor, por intermédio da reconciliação, no espírito recomendado pelos nossos pastores, quando dizem: "a reconciliação exige coragem para reconhecer erros, injustiças e feridas históricas, permitindo que a luz da verdade ilumine os caminhos do entendimento mútuo. Somente quando a verdade é assumida com sinceridade é possível dar início a um processo de cura genuíno e duradouro (CEM, 2025, p. 3).

TRABALHO DE REFLEXÃO E PARTILHA

1. Na vossa opinião, quais têm sido as causas do crescente ódio que move a vida política e social dos moçambicanos?

2. Qual achais que pode ser o caminho para reconciliar com solidez os moçambicanos diante dos constantes conflitos?

3. Como é que o Ano Jubilar, com o lema *Peregrinos da Esperança*, pode ser uma oportunidade para buscarmos a reconciliação entre os moçambicanos?

ORAÇÃO DO JUBILEU DA ESPERANÇA

Pai que estais nos Céus,
a *fé* que nos destes no Vosso Filho Jesus Cristo,
nosso irmão, e a chama de *caridade* derramada nos nossos corações
pelo Espírito Santo despertem em nós a bem-aventurada *esperança*
para a vinda do Vosso Reino.
Vos suplicamos que a graça do Jubileu do Ano Santo
e dos 50 anos da independência do nosso País reavive em nós,
Peregrinos de Esperança, sentimentos de fraternidade,
espírito de reconciliação, o desejo dos bens celestes
e derrame sobre o nosso país e o mundo inteiro
a alegria e a paz do nosso Redentor.
A Vós, Deus bendito na eternidade,
Louvor e glória pelos séculos dos séculos. **Amém!**

05
Um Programa Pastoral de Educação para a Reconciliação

INTRODUÇÃO

Com este quinto e último subtema da VIIIª SNFCS, pretendemos levar aos cristãos uma jornada de reflexão em torno das ações pastorais de uma educação para a reconciliação nacional. A ideia é de indicar aspectos concretos de acção pastoral, que nos coloquem a caminho da reconciliação verdadeira, pensando no papel da religião, da sociedade civil, das escolas, das universidades, dos institutos religiosos e dos seminários na promoção de uma cultura de paz e educação para a reconciliação, na formação dos valores sociais, políticos e culturais da nossa sociedade.

FUNDAMENTAÇÃO: Os jovens e a educação para a reconciliação

Os nossos Bispos recordam-nos que os jovens, maior parte da população moçambicana, constituem um pilar essencial para a paz e reconciliação. Bem educados, eles se tornam protagonistas fundamentais na promoção da esperança e da renovação. De facto, eles, nas escolas, nas universidades, nos grupos culturais e nas redes sociais têm a possibilidade de exercer influência determinante na construção de uma convivência harmoniosa. Por isso, “as instituições, as comunidades e os líderes têm a responsabilidade de apoiar a juventude, investindo na educação, no emprego digno e na participação cívica”(CEM, 2025, p. 4).

A educação, dizem os Bispos, é um pilar importante na consolidação da paz e na abertura ao diálogo e à prática da reconciliação. Mal gerida, ela pode levar à perda de valores morais, ao desrespeito da lei, à radicalização, ao recurso à violência em situações de crise e à perda do sentido do bem comum. Por isso, no processo de educação da juventude para a reconciliação, há que recuperar a importância da família e da escola, e há que redefinir o lugar das redes sociais. Não nos esqueçamos que os frutos de uma boa educação moral, ética e cívica “vão ser colhidos na vida da pessoa,

na sua personalidade, nos seus valores e no contributo que isso traz para a sociedade" (CEM, 2025, p. 4).

PROPOSTAS DE ACÇÃO PASTORAL

Sendo uma Igreja verdadeiramente *Ministerial*, em *Saída* e *Sinodal*, propomos algumas linhas de trabalho pastoral que podem servir de impulso na promoção de uma verdadeira cultura de encontro e diálogo para a paz e Reconciliação nacional que fundamentalmente pode passar por:

a) **Reconciliar-se com Deus, consigo e com o próximo:** Uma verdadeira reconciliação entre os homens passa essencialmente pelo encontro de cada pessoa com Deus. É o primeiro passo para compreensão e comunicação com as feridas que cada um cria no outro e dentro de si mesmo.
b) **Promover uma evangelização que coloque ênfase no papel da catequese social na formação de jovens cristãos católicos:** Hoje, a Igreja é desafiada por vários eventos sociopolíticos e culturais como as desigualdades sociais, desemprego nos jovens, pobreza e miséria, educação precária, sistema de saúde deficitário, criminalidade generalizada, raptos e sequestros, trabalho infantil, entre tantos outros. A partir da sua vocação e voz profética, a Igreja pode contribuir na construção de uma sociedade que defenda os valores da verdade e justiça social. Assim, a catequese social para jovens cristãos é um caminho que deve ser tomado em conta e nunca negligenciado. Portanto, estamos a falar de uma catequese da reconciliação.
c) **Realizar encontros de oração e reflexão sobre a verdade e reconciliação**: Estes podem ser organizados em movimentos, famílias, núcleos e comunidades, e podem certamente fortificar a fé e o espírito de compromisso e pertença à vida comunitária, através da promoção da verdade, justiça e reconciliação. De facto, "*os nossos lares, escolas, comunidades, devem ser espaços de escuta e diálogo*" (CEM, 2025, p. 5).
d) **Promover programas de educação para paz e empoderamento:** Isto passa por potenciar encontros comunitários fundados no diálogo, reconhecimento, escuta empática e cura de traumas entre membros das comunidades, podendo usar metodologias e práticas de comunicação não-violenta. Estes encontros podem ser realizados nas Paróquias, comunidades, núcleos, bem como com outras pessoas que não professam o credo católico.
e) **Promover programas de advocacia pelos DHs e participação política**: Este serviço é caminho para promoção e construção da cultura de encontro, de diálogo, de paz e reconciliação verdadeiras. Nas sessões da catequese, poderiam ser abordadas temáticas essenciais relacionadas com os DHs e justiça social a fim de consciencializar a sociedade em torno destas matérias na promoção da cultura da paz e reconciliação.

f) **A partir de um pequeno caderno catequético e de formação de cidadania activa:** Promover a educação cívica e política dos cristãos católicos para melhorar o seu nível de participação na vida social e política do país.

g) **Alargar o espaço de participação popular das comunidades no exercício da cidadania a partir das suas referenciais comunitárias:** Uma pastoral para a reconciliação que tome em consideração a participação cívica das comunidades na melhoria das condições de vida é um passo importante para afirmação do diálogo permanente entre os líderes, liderados e vice-versa.

h) **Promover o encontro entre as diferentes culturas religiosas:** O diálogo entre as diferentes culturas religiosas é também um passo importante que deve ser permeado na medida em que aproxima e coloca os diferentes credos num espaço de diálogo, aceitação e promoção da fraternidade entre os homens.

i) **Promover a solidariedade permanente entre pessoas e comunidades:** A prática da solidariedade entre os homens é um caminho importante na promoção do respeito pela condição do outro, aproxima e reafirma a condição social do outro, o que contribui para a redução das desigualdades sociais e todo o tipo de injustiças e marginalização.

j) **Promover uma catequese e educação para o serviço e missão.** As escolas comunitárias católicas, universidade, institutos de formação religiosa e seminários devem servir de espaços importantes na construção de competências de serviço e missão social e política para melhor contribuir na promoção da verdade e reconciliação nos meios em que actuam.

k) **Através da educação comunitária católica, promover uma educação voltada para a construção de competências e liberdades.** As escolas comunitárias, a Universidade Católica, os institutos de formação religiosa e seminários devem promover uma educação que produza competências e liberdades, pois estes dois vectores são os alicerces para erguer uma sociedade de justiça, de igualdade e de verdade e isto pode lançar as sementes necessárias para uma verdadeira cultura de encontro e diálogo para a reconciliação;

l) **Iniciar o processo de justiça de transição no país pós-conflitos eleitorais:** em parceria com as organizações da sociedade civil e governo local, iniciar o processo de identificação das vítimas e desenvolver acções de justiça restaurativa quer do lado das vítimas, quer do lado dos transgressores, em busca de uma sociedade moçambicana mais fraterna e reconciliada.

TRABALHOS DE REFLEXÃO E PARTILHA

1. Que catequese e para quais grupos discutir as questões da verdade, justiça e reconciliação nacional?

2. Que contributo os leigos, animadores das comunidades e párocos podem dar para a promoção de uma cultura de encontro e diálogo fraterno nas comunidades e paróquias?
3. Como a educação comunitária católica, seus institutos de formação religiosa e seminários podem contribuir na construção e promoção da verdade e reconciliação nacional?

ORAÇÃO DO JUBILEU DA ESPERANÇA

Pai que estais nos Céus,
a *fé* que nos destes no Vosso Filho Jesus Cristo,
nosso irmão, e a chama de *caridade* derramada nos nossos corações
pelo Espírito Santo despertem em nós a bem-aventurada *esperança*
para a vinda do Vosso Reino.
Vos suplicamos que a graça do Jubileu do Ano Santo
e dos 50 anos da independência do nosso País reavive em nós,
Peregrinos de Esperança, sentimentos de fraternidade,
espírito de reconciliação, o desejo dos bens celestes
e derrame sobre o nosso país e o mundo inteiro
a alegria e a paz do nosso Redentor.
A Vós, Deus bendito na eternidade,
Louvor e glória pelos séculos dos séculos. **Amém!**

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE (2018). *Lei n. 1/2018 de 12 de Junho*. Lei da revisão pontual da Constituição da República de Moçambique. Recuperado em https://reformar.co.mz/documentos-diversos/lei_1-2018_revisao_pontual_constituicao_republica_mocambique_2018.pdf/view

BENTO XVI, Papa (2011). *Africae múnus*. Exortação Apostólica Pós-Sinodal sobre a igreja na áfrica ao serviço da reconciliação, da justiça e da paz. Ouidah (Benim): Libreria Editrice Vaticana. Recuperado em https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/pt/apost_exhortations/documents/hf_ben-xvi_exh_20111119_africae-munus.html

Comissão Episcopal de Justiça e Paz (CEJP). (2018). *Paz e Reconciliação*. Maputo: Autor.

_____. (2023). *A cultura da paz*. Texto da VIª Semana nacional de Fé e Compromisso Social. Maputo: Autor.

_____. (2024). *A caminho dos 50 anos de Independência: como peregrinos da Esperança*. Texto da VIIª Semana Nacional de Fé e Compromisso Social. Maputo: Autor.

Compêndio da Doutrina Social da Igreja. Recuperado em: https://www.vatican.va/roman_curia/pontifical_councils/justpeace/documents/rc_pc_justpeace_doc_20060526_compendio-dott-soc_po.html.

CONCÍLIO VATICANO II (1965). *Gaudium et Spes*. Constituição Pastoral sobre a Igreja no mundo actual. Roma. Recuperado em: https://www.vatican.va/archive/hist_councils/ii_vatican_council/documents/vat-ii_const_19651207_gaudium-et-spes_po.html.

Conferência Episcopal de Moçambique (CEM) (2025, Maio). *Caminho para a paz e unidade*. Nota Pastoral sobre a reconciliação e a esperança. Gurue: Secretariado Geral.

GONÇALVES, J. P. (2014). *A Paz dos Moçambicanos*. Beira: Editora CIEDIMA.

JOÃO PAULO II, Papa (1987). *Solicitudo Rei Socialis*. Carta Encíclica pelo vigésimo aniversário da Encíclica *Populorum Progressio*. Roma: Libreria Editrice Vaticana. Recuperado em: https://www.vatican.va/content/john-paul-ii/pt/encyclicals/documents/hf_jp-ii_enc_30121987_sollicitudo-rei-socialis.html.

JOÃO XXIII, Papa (1963). *Pacem in terris*. Carta Encíclica sobre a paz de todos os povos na base da verdade, justiça, caridade e liberdade. Roma: Libreria Editrice Vaticana. Recuperado em: https://www.vatican.va/content/john-xxiii/pt/encyclicals/documents/hf_j-xxiii_enc_11041963_pacem.html.

LEÃO XIII, Papa (1891). *Rerum Novarum*. Carta Encíclica sobre a condição dos operários. Roma: Libreria Editrice Vaticana. Recuperado em https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html.

NGOENHA, S. E. (2019). (In) Justiça: Terceiro Grande Consenso Moçambicano. Editora Real Design, Maputo.

PAULO VI, Papa (1967). *Populorum Progressio*. Carta Encíclica sobre o Desenvolvimento dos povos. Roma: Libreria Editrice Vaticana. Recuperado em: https://www.vatican.va/content/paul-vi/pt/encyclicals/documents/hf_p-vi_enc_26031967_populorum.html.

ANOTAÇÕES